

## FRONTEIRAS IMATERIAIS DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS: A DIALÉTICA TERRITORIAL DAS PAISAGENS URBANAS<sup>1</sup>

*No hay estética sin ética.  
(El futuro de las ciudades, 2004)*

### 1. INTRODUÇÃO

Por que a imaterialidade pode ser um dos parâmetros para identificar as cidades contemporâneas? Se as fronteiras indicam um determinado espaço ou uma zona que pode ser identificada como a fimbria de um dado fenômeno, por que, neste artigo, as fronteiras foram denominadas de imateriais? Qual é a dialética territorial que dialoga ou reproduz, nas paisagens urbanas contemporâneas, alguma identidade?

É o que se pretende abordar e desenvolver neste artigo. Lívia de Oliveira (2003), uma emérita geógrafa brasileira, proferiu as seguintes palavras, durante uma Conferência, na Universidade Estadual de Londrina - PR, em 2003:

*Nas tendências geográficas, este  
século será o século da afetividade,  
como objeto de interesse científico.*

Na constituição de um corpo teórico-metodológico, no âmbito da ciência, Ferreira e Marandola Jr. (2003) relatam que a contribuição geográfica poderá ser significativa nas fronteiras do saber, na medida em que “[...] forem desvendadas e ao mesmo tempo tecidas as raízes e as matrizes que ligam os fundamentos que constituíram as relações do homem com o ambiente.” (FERREIRA e MARANDOLA Jr., 2003, p. 130)

Bertrand e Bertrand (2007), geógrafos franceses, na obra *Uma Geografia Transversal*, onde aborda questões referentes ao meio ambiente, através dos territórios e das temporalidades, apresentam alguns postulados sobre a dialética da paisagem. Esses postulados foram sintetizados abaixo. Para os autores:

- 1) a paisagem se impõe na sua trivial globalidade: é preciso partir do banal e do global, desembaraçando-se [...] de todo pressuposto disciplinar, metodológico e finalista.
- 2) a paisagem é um objeto socializado, uma imagem, que só existe através do fenômeno fisiológico da percepção e de uma interpretação sociopsicológica.
- 3) entretanto, a paisagem é uma estrutura natural, concreta e objetiva [...] é uma biomassa que funciona por si mesma.
- 4) a imagem social da paisagem é produto de uma prática econômica e cultural.
- 5) a paisagem, sendo complexa e heterogênea, não deixa também de dominar as grandes categorias metafísicas: o natural e o cultural, o espaço e o social, o objetivo e o subjetivo. Portanto, na concepção dos autores:

[...] criadora de identidades, ela [a paisagem] participa do patrimônio dos indivíduos e das sociedades. Ela tornou-se uma das facetas culturais do meio ambiente. Para muitos pesquisadores, é uma revolução cultural e científica. É preciso se liberar do domínio cientista e objetivista, das finalidades naturalistas, para ascender ao mundo das representações e do vivido. Antes de ser um problema de ‘natureza’, a paisagem, e através do seu meio ambiente, torna-se uma questão de cultura..., mas não somente. No fundo da paisagem resta sempre algo de natural. (BERTRAND, G. e BERTRAND, C., 2007, p. 211)

Para desenvolver as questões colocadas no início deste artigo, apresentamos uma reflexão sobre a importância da história urbana, como um dos caminhos escolhidos. A compreensão da história urbana no processo civilizatório é de suma importância para a compreensão e análises das cidades contemporâneas. Isto significa que é importante estudar a epistemologia da cidade, onde as raízes da evolução urbana ou do crescimento da cidade estão inseridas.

Na historiografia e nos antecedentes da história urbana, é necessária uma leitura criteriosa De Fustel de Coulanges a Lewis Mumford, conforme explicita Arturo Almandoz, (ALMANDOZ, 2003). A configuração historiográfica começa a se definir a partir dos anos de 1960. Entretanto, os dois livros clássicos, acima citados (Coulanges, 1864 e *A cidade na história*, de 1961, de Lewis Mumford), reportando-se a Michael Foucault, a respeito das questões sobre “unidades de discurso”, tais como as noções de continuidade (tradição, desenvolvimento, influência, evolução, mentalidade, espírito), os discursos possuem uma certa unidade e relações epistemológicas. Almandoz (2003) comentando sobre a obra de Foucault (1992), *Arqueologia do saber*, assinala o seguinte:

[...] que as margens de um livro não são nítidas nem cortadas rigorosamente: ‘para além do título, as primeiras linhas e o ponto final, para além de sua configuração interna e como lhe dá autonomia, ele está inserido num sistema de referências a outros livros, a outros textos, a outras frases: nós em uma rede’. (FOUCAULT, 1992, p. 34 *apud* ALMANDOZ, 2003)

Portanto, pode-se indagar o que pode ser entendido por história urbana? Almandoz (2003) se refere à história urbana “[...] a que se centra na cidade e o processo de urbanização; por extensão, também pode designar a história das disciplinas que se tem ocupado do desenho da gestão da cidade e do território” e, o autor, observa que no meio britânico, por exemplo, “[...] conhece-se como a história do planejamento, no tempo em que a história urbana se equivalia à história urbana”. (ALMANDOZ, 2003, p.3)

Há uma relação conceitual complexa de vários elementos conhecidos como a história urbana. Tendo em vista a necessidade de uma compreensão mais clara sobre a historiografia da cidade, o referido autor remete a urbanização e o urbanismo a diversos campos precedentes, ressaltando-se a história econômica e social, e, por outro lado, a geografia, a arqueologia, a história da arte e da arquitetura. Prosseguindo na sua idéia, o autor acredita que haja antecedentes mais diretos da história urbana em alguns estudos clássicos da história econômica e social. Exemplificando, pode-se citar dentro da tradição positivista da historiografia francesa, a interpretação que Fustel de Coulanges (1830-1889) escreveu na cidade antiga, em 1864, a respeito dos grupos familiares e sociais, que sobre o substrato religioso, originaram as instituições urbanas greco-romanas.

Almandoz (2003) apoiando-se em Glotz (1988) faz um reparo sobre Coulanges:

Conforme a teoria que dominava na escola liberal do século XX, ele estabeleceu uma antinomia absoluta entre a onipotência da cidade e a liberdade individual, quando é, pelo contrário, ao mesmo passo e apoiando-se uma sobre a outra, que tem progredido o poder público e o individualismo. [...] não são assim duas forças que veremos presentes, a família e a cidade, senão três, a família, a cidade e o indivíduo. Cada uma, a sua vez, teve sua preponderância. (GLOTZ, 1998, p. 13 *apud* ALMANDOZ, 2003, p. 4)

Assim, ao longo do milênio da história grega as três forças – familiar, estatal e individual –, estiveram na base dos grandes momentos distinguidos por Glotz: a cidade aristocrática, a cidade democrática e a concentração de poder nos tiranos;

posteriormente, Weber (1864-1920) descreve uma obra mais de sociologia histórica que de história urbana, estabelecendo sua clássica definição de cidade, a partir de funções, como as de mercado e fortaleza, distinguindo cidades de produtores e de consumidores; assim como a sua tese de que o processo associativo que ocorrera após os gregos, com seu regime político secularizado, diferente das teocracias orientais, constitui o grande salto qualitativo da antiga cidade ocidental.

### **O TEMPO, A SOCIEDADE E AS ATIVIDADES: ELEMENTOS DA FORMAÇÃO URBANA**

Colocadas essas questões, é possível fazer uma ligação, mesmo que não muito aprofundada, mas para o presente artigo é suficiente, observar que houve uma evolução muito grande não só da família, dos costumes, das atividades sociais econômicas, como também a própria expansão da sociedade em direção a novas fronteiras, fazendo com que o conceito de espaço também se transmutasse, reforçando a palavra território, como colocou Claval (1999). Para compreender essa evolução, as expressões de Claval sintetizam esse movimento:

Os geógrafos dos anos sessenta atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança reflete, em parte, os debates epistemológicos internos à geografia. Ela é, sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo, e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo. Concorre para isso, o declínio das ideologias de dominante econômica [...]. A partir de agora é aos lugares e àquilo que os diferenciam que muitos se referem para dizer o que eles são e em que se distinguem uns dos outros. (CLAVAL, 1999, p. 7)

O autor ainda completa a sua idéia, ao colocar que o sentido de território se sustenta sobre estratégias de controle, em diversas escalas, exprimindo a soberania na hierarquia social. Desse modo, substituir território por espaço, evidenciam-se os locais sobre os quais a vida humana se desenvolve, seja pela sua interferência técnica ou pelo discurso que reúne uma sociedade sobre ele. Tal fato implica que as relações homem e meio são, além de materiais, simbólicas. “Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho, que refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham.” (CLAVAL, 1999, p. 11)

O despertar da categoria território implica também a inclusão das questões sobre identidade, especialmente para compreender as sociedades contemporâneas. Uma outra referência sobre a cidade é a sua consideração como um ser vivo, que se vincula e vive da terra, portanto, no seu estudo é fundamental a consideração do passado, sem o qual é impossível vislumbrar o futuro.

La ciudad es un ser vivo que debemos estudiar en su pasado para poder establecer el grado de evolución, un ser que vive sobre la tierra y de la tierra; esto significa que, a las informaciones históricas, hace falta añadir las geográficas, geológicas y económicas. Y no se diga que el conocimiento del pasado carece de utilidad práctica: el estudio de la ciudad limitado a las condiciones y manifestaciones de la vida actual resulta insuficiente, porque careciendo de términos de comparación con el pasado, no es posible orientarse para el futuro. (POËTE, 1958, p.5)

Uma outra referência sobre a condição urbana é de Lavedan (1959) que se reporta à cidade também como um ser vivo que nasce, cresce e morre, indicando a sua evolução e inevitabilidade temporal e espacial.

El énfasis en la evolución y la forma urbana también se observa en la *Géographie des villes* (1936) de Pierre Lavedan, en cuya primera edición se partía de la concepción de ciudad en tanto organismo viviente, premisa que hacía a aquélla susceptible de un "fatalismo histórico": "Se dice que la ciudad es ser vivo y, como todos los seres vivos, nace, crece, muere; ella es sucesivamente niña, adolescente, anciana" (LAVEDAN, 1959: 13).

Almandoz (2003) faz um importante retrospecto sobre a história urbana, quando relata que a Geografia influiria não só na geografia da cidade, mas também na obra emblemática e monumental de Lavedan: *Histoire de l'urbanisme* (1926-1952). Nas suas palavras, observa que como uma prefiguração do caráter interdisciplinar do urbanista, o historiador desenvolveu uma análise em que a visão organicista da cidade, onde se combinam estados estáticos e dinâmicos, que lembram a anatomia e fisiologia da história natural, dando lugar a um discurso e a uma estrutura, onde o tratado de urbanismo se impõe ao de geografia. Entre seus vários escritos sobre as grandes cidades dos séculos XIX e XX, ele se refere à modernidade industrial e pós-industrial, sendo que suas obras influem com ressonância nas posteriores interpretações historiográficas da modernidade industrial e pós-industrial, tais como:

[...] las ciudades del carbón y del petróleo de Lewis Mumford (1961: 446-478), el "preurbanismo" y urbanismo de Françoise Choay (1979), así como en la interpretación de Ragon, quien llegaría a afirmar: "El siglo XX será en arquitectura y urbanismo, así como en economía y en política, la gran esperanza frustrada del XIX." (RAGON, 1991, II: 65 *apud* ALMANDOZ, 2003, p.65).

Almandoz (2003), na sua pesquisa, relata a importância da década de 1960, quando se refere ao livro *The Historian and the City*, editado por Oscar Handlin y John Burchard (1963), onde o primeiro reconheceu a cidade histórica, suscetível de uma revisão historiográfica própria e, epistemologicamente, distinta do tecido social e econômico; a consolidação desta distinção necessitava de um maior número de estudos sobre a cidade. Mas que de cidades na história, o qual resultou nas recomendações finais do professor Harvard.

Almandoz denomina "antecedentes" para os primeiros grupos de obras que aproximaram a cidade à urbanização e ao urbanismo. Este autor indica dois grandes momentos nesse processo da historiografia urbana: a ênfase institucional e cultural retratada, apoiando-se na história econômica e social da cidade, desde a cidade antiga de Coulanges. O segundo momento é a posterior incorporação de elementos espaciais e geográficos à revisão histórica da evolução da forma urbana, desde Gedde, seguida da primeira historiografia francesa. Ainda que *The City in History*, de Mumford tenha sido considerada a última tendência evolucionista, pode-se identificá-la como o ponto culminante da aproximação generalista e humanística do discurso da cidade e do urbanismo em tantas civilizações, anterior ao especialismo, recorrente nas décadas seguintes, nas abordagens da história urbana.

Por muito tempo, a cultura urbana foi considerada a definição como característica fundamental dos feitos urbanos para a sociologia urbana, cujo desenvolvimento dos estudos sobre a realidade era pautado, neste conceito, originário em E. R. Park, fundador da escola de Chicago, no início do século passado, e, mais precisamente, em L. Wirth.

Pode-se perceber que a cidade é um fato social e econômico, onde a cultura e a política são traços fundamentais do seu processo de evolução e crescimento. Mais importante do que definir ou conceituar uma cidade, apresentar as suas características em relação às espacialidades e temporalidades, torna-se mais compreensível o fato urbano em qualquer local deste planeta.

Na obra *A cidade e seus limites*, coordenado por Fernandes e Adas (2004, p. 47), há uma síntese da sobre o fato urbano, ao considerar que se torna difícil fazer alguma referência "[...] urbano sem apontar a lógica que preside sua estruturação[...] quando falamos em 'urbano', teremos sempre que nele englobar o espaço central (lugar do poder de decisão) e o espaço periférico (lugar de segregação e abandono)".

Conforme observou Machado (2001, p. 214), no seu artigo *O imaginário urbano*, desde a antiguidade clássica, a cidade tem sido estudada a partir de diferentes olhares e representações. E na sua concepção, “A literatura foi uma das primeiras áreas de conhecimento a buscar respostas a questões relativas ao cotidiano dos habitantes urbanos, dando seu testemunho sobre as diferentes perspectivas [...]”, ao longo da história. Sob o ponto de vista do imaginário, a vida urbana e a sua imagem caracterizam a cidade como

- “cidade como virtude” (Voltaire, Smith, Fichte),
- “a cidade como vício” (Marx e Engels) e
- “cidade para além do bem e do mal” (Nietzsche, representação da modernidade e cenário da representação humana em Baudelaire), (SCHORSKE, 1989, p. 47)

A cidade tem sido sempre retratada como uma imagem, um retrato ou uma representação, imprescindível na organização da vida humana, onde as suas atividades, seus anseios, seus sonhos ou fantasmagorias se realizam. Arrais (2001), observa que a imagem urbana é “uma espécie de simulacro do mundo”. Assim, pode-se dizer que em alguns momentos foram exaltados os sentidos de comunidade, segurança, liberdade; em outros, a repressão, a ordem, mas sempre buscando associar a cidade a uma representação mais clara do modo de vida dos homens. Nesse sentido, o autor complementa que:

ver a cidade constitui-se ainda uma experiência corporal. Trata-se do corpo apropriando-se do espaço da cidade e percebendo tanto odor de um rio fétido, quanto a brisa suave no final da tarde [...] à violência, aos sinais de trânsito, ao asfalto quente, ao verde. Ele é tanto entidade formuladora de imagens quanto elemento constitutivo da imagem, pois é parte integrante da paisagem urbana. [...] a imagem da cidade é construída nas representações individuais e de grupo [...]. Também será uma vasta experiência com os deslocamentos espaciais. A escala da experiência nunca abarcará por completo uma cidade [...]. (ARRAIS, 2001, p. 178)

Resgatadas essas questões de nível conceitual, da evolução da cidade e sua importância na vida dos homens ao longo da historiografia urbana, apresentam-se alguns aspectos proeminentes das cidades contemporâneas, cujas raízes históricas permitem uma compreensão das fronteiras imateriais presentes no cotidiano, conduzidas pelo tamanho e crescimento das aglomerações urbanas, das megacidades, a densidade e a diversificação e heterogeneidade.

Ferreira (2005), analisando e comparando a evolução das cidades, na civilização urbana, mais remota com a sociedade contemporânea analisa que:

[...] os muros, as muralhas ou as fortalezas, geralmente de pedra ou argila, têm a sua história no processo de organização de cidades, no curso da história da civilização urbana. Desde os tempos mais remotos, a questão do habitar é uma necessidade primordial não só física, mas como espiritual e simbólica. Se, na sua gênese, essas fortalezas se constituíam como um espaço sagrado, social e até mítico, na evolução do processo da formação urbana, por que, ainda hoje, a sociedade tenta perpetuar essas fortalezas, praticamente com a mesma expressividade e agressividade, constituindo-se como espaços segregados nas sociedades contemporâneas? (FERREIRA, 2005)

Se, a cidade do século XIX remetia-se a um centro administrativo e um mercado, limitada e definida com bastante precisão física, a cidade do século XX adicionou complexas atividades industriais e, com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos meios de comunicação, a difusão e as inter-relações passam a ter características de extrema velocidade e de dimensões gigantescas, fluindo nos espaços circundantes e além dessas fronteiras.

### **DOMÍNIOS URBANOS, TENTÁCULOS TERRITORIAIS NAS REDES INVISÍVEIS**

Não é tarefa fácil expressar a grandeza das representações do urbano no mundo contemporâneo, onde **Megacidades** e **Minicidades** convivem em espaços distintos, às vezes, sob o mesmo domínio político e econômico-financeiro, embora seus conteúdos sociais e os vínculos simbólicos ou virtuais sejam revestidos de diferentes expressões espaço-temporais, cujas seqüências e interrupções materializam as fronteiras de poder e as tensões culturais.

Cunha et. al. (2003) sintetizam a vida nas sociedades antigas contrapondo-se à falta da historicidade do mundo contemporâneo, quando afirma que:

Nas sociedades antigas, comia-se, bebia-se, trabalhava-se; havia casas, ruas, praças, móveis, objectos úteis, instrumentos e outras coisas. No entanto, não havia quotidianidade. Na unidade da ética e da estética, da prática e do conhecimento, num *estilo*, a sobreposição actual do quotidiano e da “cultura” (alta, média, baixa) não tinha razão nem sentido. Hoje, a importância da quotidianidade, a sua gestação e a sua consolidação, a sua monotonia na satisfação, tudo isto significa que ela escapa à história. A historicidade afasta-se [...] (LEFEBVRE, 1971, p. 207 *apud* CUNHA et. al., 2003, p. 30)

Na era denominada global, o modelo de desenvolvimento urbano é a “urbanização difusa e descontínua”, constitutivos de enclaves ou parques temáticos mercantilizados e áreas degradadas ou marginais, podendo ser uma urbanização sem crescimento econômico ou pouco, sem crescimento demográfico, com áreas de excelência ou constituídas de periferias deterioradas sem nenhuma infra-estrutura ou qualidade de vida. (BORJA, 2005)

As áreas de excelência apresentam uma arquitetura caricata, de contornos imprecisos, em relação aos estilos históricos, como forma de localização física dessas espacialidades, e que repulsam os próprios traços culturais da sociedade em que penetram. Por outro lado, não se pode desconsiderar as áreas de convívio, que demarcam simbolicamente o perfil identitário no urbano, como remanescentes morfológicos, dotados também de uma qualidade do entorno com elementos arquitetônicos integrados de cunho emblemático e excepcional. Borja (2005) define os primeiros como representantes do urbanismo “globalizado” e os segundos, urbanismo

“cidadino”, ressaltando a coexistência dessas tendências espaciais na cidade contemporânea.

A tendência das cidades contemporâneas, em abrigar contínuos e descontínuos espaços em um único território, reflete a crescente desigualdade social, confrontando “incluídos e excluídos”, pelo domínio territorial de difícil gestão, o que leva também a uma fragmentação da democracia, ao estipular a acessibilidade e mobilidade dos diferentes grupos sociais que coabitam o mesmo território. Exemplos dessa realidade, comentados por Borja (2005), podem ser encontrados em qualquer cidade contemporânea, seja em países em crescimento econômico, como também nos já estabilizados social e economicamente. No Brasil, é flagrante a existência dessa organização territorial.

Ao invés de facilitar a integração cidadina, as novas formas urbanas corroboram para a deflagração de fatores de marginalização, suprimindo a manifestação dos poderes locais em prol dos interesses dos atores sociais dominantes, culminando na fragmentação territorial e na desarticulação das forças capazes de promover a cidadania e a construção de uma cidade democrática, que “[...] es una conquista permanente, un campo abierto de confrontación de valores e intereses, un desafío a la innovación política, a la imaginación urbanística y a la movilización cívica.” (BORJA, 2005, s/p )

Na concepção filosófica de Lefebvre (1999), como se caracteriza uma sociedade urbana e a sociedade pós-industrial?

[...] se designa por essas palavras, “sociedade urbana”, qualquer cidade ou *cité*: a *cité* grega, a cidade oriental ou medieval, a cidade comercial ou industrial, a pequena cidade ou a megalópolis. Numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca entre parênteses as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo urbano é solidário. Compara-se entre si “sociedades urbanas” que nada têm de comparáveis. [...] o termo “sociedade urbana” à sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*. Um importante aspecto do problema teórico é conseguir situar as discontinuidades em relação às continuidades, e inversamente. (LEFEBVRE, 1999, p. 15)

Quanto à sociedade pós-industrial, para Lefebvre (1999, p. 16) é “[...] aquela que nasce da industrialização e a sucede [...] que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade, [...]” acrescentando, como tendência, “sociedade burocrática de consumo dirigido”.

Lefebvre (1999) questiona quanto ao modelo do urbano, relatando que, nesse sentido, seria uma virtualidade ou presença ausência? “Nessa perspectiva, a lingüística contribuiria a análise do fenômeno. Não porque o urbano seja uma língua, ou um sistema de signos, mas porque ele seria um conjunto e uma ordem no sentido revelado pelo estudo lingüístico.” (p. 56-57)

Deve ser registrado que a “[...] o fenômeno urbano, tomando em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada.” (LEFEBVRE, 1999, p. 57).

Para Lefebvre, a produção do espaço não é nova. Portanto, os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, o dos

campos (aí incluídas as paisagem que em seguida parecem “naturais”). [...] a produção global e total do espaço social. Essa extensão, enorme da atividade produtiva realiza-se em função dos interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam (largamente). O capitalismo parece esgotar-se. [...] encontrou novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. Esse é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço. [...] A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão.

O urbanismo encobre essa gigantesca operação. Ele dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço [...] reduzido não apenas à função do habitar (ao habitat como função), mas à função de comprador do espaço, realizando a mais-valia. O espaço torna-se o lugar de funções das quais a mais importante e velada é esta: formar, realizar, distribuir, de uma nova maneira, o sobreproduto da sociedade inteira (isto é, no modo de produção capitalista, a mais-valia global). (LEFEBVRE, 1999, p. 143)

## **SOCIEDADE E CULTURA NAS REDES GLOBAIS (VISÍVEIS E INVISÍVEIS)**

As relações espaço-temporais passam por sensíveis e irreversíveis processos de mudança, cada vez mais velozes, devido ao fluxo de informações – mais instantâneo e globalizado. O espaço, que, antes era pensado para a convivência, começa a ser moldado para atender a comunicação e circulação dos fluxos de diversas naturezas. Além disso, a urbanização se prolifera também para as áreas rurais, efetivando a importância das cidades e sua inserção na rede.

Há uma mescla entre ficção e realidade, o que resulta em um enfraquecimento do imaginário, pois a aceleração do tempo e o encurtamento do espaço deflagram a fragmentação do espaço. Ao mesmo tempo em que há uma proliferação do conhecimento, em todas as áreas, a difusão se restringe aos pontos ou nós da rede, que concentram as riquezas e o poder, o que leva a uma pulverização da força da sociedade civil, facilitando o domínio e apartando possíveis resistências.

Além disso, a sociedade contemporânea busca atingir a supra-modernidade, algo para além das conquistas da Revolução Industrial, mesmo que esteja sujeita a um acúmulo de complexidade, de instabilidade, de efemeridade, discursos fragmentados, baseados no sagrado e o uso do olhar como instrumento de vigília, sutil e velada. (Baulandier). Nesse sentido, Castells (2006) complementa que as novas tecnologias modificam as bases materiais da sociedade: seja pelas novas relações entre sociedade, Estado e mercado; seja pela nova hierarquia da divisão do trabalho, agora globalizada e dispersa.

Castells (2006) caracteriza a sociedade em rede como “espaço de fluxos e espaço de lugares: dialética de um novo processo espacial, localização baseado na informação, novo método de produção para a indústria de alta tecnologia leva a uma especificidade geográfica”.

Por outro lado, o autor relata que há uma maior complexidade do processo produtivo se comparado às indústrias tidas como tradicionais.

O que é importante analisar aqui é quanto ao rebatimento urbano dessa nova hierarquia organizacional, que nas expressões de Castells, “colocando em xeque as funções pré-determinadas durante a segunda fase da era industrial [...]”. A partir desse autor, pode-se refletir acerca das cidades: as atividades rotineiras estão mesmo se modificando? E ocorrem da mesma forma em todas as partes do planeta? O trabalho, a moradia e o lazer estão se solidificando num mesmo espaço, colocando em risco a quarta função das cidades modernas: a circulação? Ao contrário, pode-se dizer que está ocorrendo uma pulverização das áreas de trabalho, o que, na prática, descentraliza e deforma o conceito de funções pré-estabelecidas nos centros urbanos.

Sob essa ótica, a descentralização dos trabalhos e a sua flexibilização, em decorrência da nova organização em redes informacionais, tendem a elevar os fluxos de circulação das pessoas, que, de diversos pontos das cidades, se direcionam para as áreas específicas, ou seja, há uma maior mobilidade de pessoas e, conseqüentemente, aumento no tempo de deslocamento, em virtude da própria espacialidade construída para a era industrial. Assim, os impactos da tecnologia da informação incidem fortemente sobre a dimensão espacial da vida cotidiana, produzindo a dispersão e a concentração espacial simultaneamente. Pode-se afirmar que há uma flexibilização do trabalho e integração social em redes, com o aumento da mobilidade da sociedade.

Surgem cidades com características específicas, onde os comportamentos e as atitudes passam a ter novos contornos, como também em espaços diferenciados. Nas expressões de Castells (2006):

[...] uma nova forma urbana, a cidade informacional. Contudo, como a cidade industrial, não foi uma réplica mundial de Manchester, a cidade informacional não será uma cópia do Vale do Silício, muito menos de Los Angeles. Por outro lado, como na era industrial, apesar da diversidade extraordinária dos contextos físicos e culturais, há algumas características comuns fundamentais no desenvolvimento transcultural da cidade informacional. Defenderei que, por causa da natureza da nova sociedade baseada em conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada de fluxos, a cidade informacional não é uma forma, mas um processo, um processo caracterizado pelo predomínio estrutural do espaço de fluxos. [...] (p. 488)

O mundo não se divide mais pelas tradicionais referências geográficas norte-sul, leste-oeste, nem pelos territórios ou países, mas sim pelas relações impetradas pela sociedade em redes, pelos fluxos e pelas conexões que são suplantadas em diversas partes do globo, o que leva, por exemplo, a haver maior proximidade entre São Paulo e Nova York, do que com as cidades do interior paulista. Garreau (1991) definiu, conforme coloca Castells (2006), o modelo americano como descrição precisa de uma cidade inserida nessa complexa teia: *Edge City*, ou cidade às margens.

Os parâmetros definidos para esses lugares são: 465 mil metros quadrados, no mínimo, de espaços para escritórios de aluguel – local de trabalho na era da informação; pelo menos 56 mil metros quadrados para aluguel de lojas varejistas; haja mais empregos que dormitórios; traga a sensação de lugar e que não tenha referenciais de nenhuma cidade de até trinta anos atrás. Castells (2006, p. 489) completa também que: “[...] são áreas de trabalho e centros de serviços ao redor dos quais quilômetros e quilômetros de unidades residenciais cada vez mais densas de uma só família organizam a vida particular ‘centrada na casa’”. A ligação entre essas cidades ocorre por trens, metros, auto-estradas, corredores de acesso a aviões, antenas parabólicas, levando a uma proliferação ao redor de grandes centros urbanos – zonas periféricas.

A difusão dessa organização corrobora para o distanciamento funcional, em que a contigüidade espacial não tem mais importância, em função da própria comunicação que a estrutura dos fluxos proporciona, ou seja, os fluxos permitem exatamente essa nova configuração espacial de cidades às margens. Ainda, pode-se dizer que é uma característica eminentemente dos Estados Unidos, o que dificulta a administração da infra-estrutura dessas cidades, mesmo que seja movida pelo ideal norte-americano de ascensão, juntamente com o abandono das áreas centrais dessas cidades. No entanto, verifica-se, hoje, que esse processo tende a um limite. A cidade informacional não pode ser representada só pela “[...] *“Edge City”*”, mas pela relação entre o desenvolvimento rápido das áreas metropolitanas, decadência dos centros das cidades e obsolescência do ambiente construído dos subúrbios”. (Castells, 2006, p. 490)

Já o modelo europeu emergente na era informacional se respalda em centros de negócios, que reestruturam a espacialidade dos tecidos urbanos, pois há uma vinculação com a herança cultural e as novas questões apresentadas pela mudança que a informação imprime no espaço urbano. As áreas residenciais tendem para o centro histórico, para as classes mais ricas e na periferia para as classes mais desfavorecidas.

[...] as verdadeiras áreas exclusivamente residenciais tendem a apropriar a cultura e história urbanas, estabelecendo-se em áreas reabilitadas ou bem preservadas pela metrópole. Com isso, enfatizam o fato de que, quando a dominação é imposta de forma clara, a elite não precisa exilar-se no subúrbio para escapar do populacho. [...] (CASTELLS, 2006, p. 490)

Esses novos aglomerados metropolitanos se relacionam, convergem e fluem e possuem traços marcantes: potencial humano em torno de 10.000.000 de habitantes; funções de controle da mídia, com capacidade de difundir e gerar mensagens; são nós da economia global e concentram as diversas instâncias de poder, em escala planetária; estão dispersas por todo o planeta; e a configuração do espaço de fluxos: impulsos eletrônicos, nós, elite especializada, cosmopolita e nômade. A estrutura espacial, encontrada nas diversas áreas geográficas do planeta, permite a sensação de segurança aos “novos” nômades, da era informacional. Eis que surge uma nova forma urbana: *as megacidades*: “[...] estão conectadas externamente a redes globais e a segmentos de seus países, embora internamente desconectadas das populações locais responsáveis por funções desnecessárias ou pela ruptura social.” (CASTELLS, 2006, p. 495).

O fator decisivo dos novos processos urbanos, na Europa e em outros lugares, é o fato de o espaço urbano ser cada vez mais diferenciado em termos sociais, embora esteja funcionalmente inter-relacionado além da proximidade física. Acompanha a separação entre significado simbólico, localização de funções e a apropriação social do espaço na área metropolitana. Esta tendência que fundamenta a transformação mais importante das formas urbanas em todo o mundo, com força especial nas áreas recém-industrializadas: o desenvolvimento de megacidades. (CASTELLS, 2006, p. 492)

Além disso, essa forma urbana apresenta problemas locais que repercutem na massificação de soluções pautadas em isolar-se, em criar moradias seguras e longe das áreas empresariais ou pós-industriais, marcando a proliferação de vários condomínios fechados, construídos nas franjas urbanas: “O sonho ecológico de pequenas comunas semi-rurais será transportado para a marginalidade contracultural pela maré histórica do desenvolvimento das megacidades”. Isso evidencia que a circulação, ao contrário do que se poderia supor, não deixa de existir, mas, devido ao novo arranjo espacial, as funções da cidade moderna se renovam em que a circulação se destaca como a principal função,

conectando não apenas os deslocamentos físicos, mas os fluxos de informação, levando a uma concentração e dispersão simultâneas, “[...] criando a maior aglomeração metropolitana da história humana não apenas em termos de população, mas também em poder econômico e tecnológico.” (CASTELLS, 2006, p. 498)

O arranjo espacial verificado pelas transformações da era informacional, evidencia que as megacidades localizadas nos países em desenvolvimento apresentam graves problemas sociais, urbanos e ambientais, o que não cria impedimentos para o seu crescimento, por possuírem determinadas características:

- Centros de dinamismo econômico, tecnológico e social em seus países e em escala global; são verdadeiros motores do desenvolvimento; o destino econômico de seus países, seja EUA, seja China, depende do desempenho das megacidades, apesar de a ideologia da pequena cidade ainda continuar difundida em ambas as nações;
- Centros de inovação de cultura e poder;
- Os pontos conectores às redes globais de todos os tipos. A Internet não poderá desviar-se das megacidades; ela depende do sistema de telecomunicações e dos “telecomunicadores” desses centros;

São essas características que levam ao surgimento de novas formas e processos espaciais. O presente estudo respalda-se nessa assertiva como ponto fundamental para a análise das fronteiras imateriais das cidades contemporâneas, que, do ponto de vista conceitual, não se inserem na rede global de *megacidades*, o que não impede incorporar parte das características das mesmas. Em uma escala nacional, o mesmo regional, pode-se afirmar que determinadas cidades concentram o poder, determinam o dinamismo da rede, nas quais são os pólos principais, criando uma estrutura espacial baseada também em toda trama complexa:

[...] o espaço não é o reflexo da sociedade, é sua expressão. Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade. As formas e os processos espaciais são constituídos pela dinâmica de toda a estrutura social. Há a inclusão de tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias entre atores sociais que representam interesses e valores opostos. Ademais, os processos sociais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores. Na verdade *o espaço é tempo cristalizado*. (CASTELLS, 2006, p. 500)

Castells (2006, p. 500) observa que, do ponto de vista da teoria social, “[...] *espaço é o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado* [...] e que, qualquer suporte material tem sempre um sentido simbólico.” Assim, o que são práticas sociais? O autor responde o seguinte:

[...] Por práticas sociais de tempo compartilhado, refiro-me ao fato de que o espaço reúne essas práticas que são simultâneas no tempo. É a articulação material dessa simultaneidade que dá sentido ao espaço no tempo. É a articulação material dessa simultaneidade que dá sentido ao espaço *vis-à-vis* a sociedade. (CASTELLS, 2006, p. 500)

Castells tem insistido, em vários dos seus escritos, que a nossa sociedade está constituída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos da tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Prosseguindo na sua reflexão, o autor assinala que:

[...] os fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que *dominam* nossa vida

econômica, política e simbólica. Neste caso, o suporte material dos processos dominantes em nossas sociedades será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo. [...] *o espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos.* Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantida por atores sociais nas estrutura econômica, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. (CASTELLS, 2006, p. 501)

Um outro aspecto importante apresentado pelo autor, para a compreensão do espaço defluxos é a especificação do seu conteúdo:

O espaço de fluxos, como a forma material de suporte dos processos e funções dominantes na sociedade informacional, pode ser descrito pela combinação de, pelo menos, três camadas de suporte materiais que, juntas, constituem o espaço de fluxos.

**A primeira camada, o primeiro suporte material do espaço de fluxos, é realmente constituída por um circuito de impulsos eletrônicos** (microeletrônica, telecomunicações, processo computacional, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade – também com base em tecnologias da informação), formando, em conjunto, a base material dos processos que verificamos serem estrategicamente cruciais na rede da sociedade. (CASTELLS, 2006, p. 501)

Nas expressões do autor, esta camada é, na verdade, um suporte material de práticas simultâneas. Portanto, é uma forma espacial do mesmo modo que poderia ser “a cidade” ou a “região” na organização da sociedade mercantil ou da sociedade industrial. Nessa rede, o autor afirma que nenhum lugar existe por si mesmo, já que as posições são definidas pelos intercâmbios de fluxos de rede.

**A segunda camada do espaço de fluxos é constituída por seus nós** (centros de importantes funções estratégicas) e centros de comunicação. O autor explica que o espaço de fluxos não é desprovido de lugar, embora sua estrutura lógica o seja, detalhando que “[...] Está localizado em uma rede eletrônica, mas essa rede conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas.” (CASTELLS, 2006, p. 502). Concluindo a explicação da segunda camada, o autor relata que alguns lugares são intercambiadores, ou seja, centros de rede.

Por fim, a **terceira camada importante do espaço de fluxos refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes**, que ao exercerem suas atividades proporcionam a articulação desse espaço de fluxos. Castells acrescenta também que “a teoria do espaço de fluxos parte da suposição implícita de que as sociedades são organizadas de maneira assimétrica em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social.” (CASTELLS, 2006, p. 504).

Mesmo considerando que o espaço de fluxos seja preponderante nas sociedades contemporâneas, pois o estrutura, a partir da manifestação da elite informacional, não é a única forma de expressão espacial, mesmo sendo uma das suas dimensões fundamentais.

É desse arranjo espacial, moldado e dominado pelos atores sociais que as fronteiras tornam-se fluídas e diluídas, do ponto de vista da materialidade, pois estes atores caracterizam-se como cosmopolitas, em contraponto às pessoas locais. Há uma

dialética entre o global e o local, entre herança histórica e espaços aistóricos, desarticulando o poder de organização a nível local, como também há uma contraposição do espaço de poder através desses fluxos, observa-se também a pobreza urbana excluída dessas camadas sociais e políticas do poder, embora haja microrredes, sobretudo, de relacionamentos, de caráter mais social e cultural e não econômico e financeiro. Quanto a essas organizações simultâneas, em um mesmo espaço, constituídas de diferentes territórios, Castells (2006) assim se expressa:

De um lado, as elites formam uma sociedade e constituem comunidades simbolicamente segregadas, protegidas atrás da própria barreira material dos preços dos imóveis. Elas definem as comunidades como uma subcultura em rede interpessoal ligada ao espaço. [...] o espaço de fluxos é formado por microrredes pessoais que projetam seus interesses em macrorredes funcionais em todo o conjunto global de interações no espaço de fluxos. Esse é um fenômeno muito conhecido nas rede financeiras: decisões estratégicas importantíssimas são tomadas durante almoço de negócios, em restaurantes exclusivos ou em casas de campo nos fins-de-semana, enquanto se joga golfe [...] os nós do espaço de fluxos incluem espaços residenciais e de lazer que, juntamente, com a localização das sedes de empresas e seus serviços. auxiliares tendem a agrupar funções dominantes em espaços cuidadosamente segregados, com fácil acesso aos complexos cosmopolitas de artes, cultura e entretenimento. (p. 505)

Nas expressões de Castells, “a segregação ocorre tanto pela localização em diferentes lugares quanto pelo controle da segurança de certos espaços abertos apenas à elite”. (CASTELLS, 2006, p. 506).

Na obra *Teorias Globais: fragmentação do mundo, v. III*, Odete de Oliveira apresenta um denso estudo sobre os efeitos do processo econômico global e as exclusões estatal e social, onde detalha as desterritorializações, fazendo um estudo aprofundado sobre a dialética local/global, ampliando os seus estudos para os vários tipos de identidade. Apresenta também a cidade global e a debilidade estatal.

Oliveira (2005, p. 39) expressa que “Terra e território são categorias diferentes. Enquanto a primeira significa planeta Terra, a segunda expressa solo”. Ou seja, a questão do território, nas suas reflexões:

[...] por mais globalismos que se consolidem, todavia a uniformidade global do planeta e de suas fronteiras, mesmo que percam seus sentidos rígidos limites, seguirão com sua política e filosofia de parcelar espaços terrestres de forma multipolar e multicivilizatória. [...] Certo é que as dimensões cultural e simbólica das relações entre os homens ainda são permanentes, abrindo caminho à chamada geografia da percepção, que por sua vez abre caminho à geografia da existência, (referindo-se à obra de Milton Santos de 1994, *Técnica, espaço, tempo: natureza do espaço, globalização e meio técnico-científico, informacional*), oposta aos valores e jurisdição exclusiva da geografia econômica do poder. (OLIVEIRA, 2005, p. 41)

Oliveira (2005) refere-se à diluição das fronteiras no mundo globalizado, embora as fronteiras tenham sido consideradas como limites materializados dos espaços físicos, demarcando seus territórios precisamente, em outros tempos.

“O resultado do mundo sem fronteiras é abrangente.”, na sua expressão pois, à medida que as informações sobre produtos e serviços vão circulando, tornam-se universalmente mais disponíveis e os consumidores, de todo o mundo, contam com

mais opções para escolher o que desejam, independente de onde estejam. Concluindo, seu raciocínio Oliveira (2005, p. 49) afirma que “no mundo sem fronteiras o interesse econômico não se apresentam mais genuinamente nacional.”

No mundo contemporâneo é importante compreender a geopolítica do território, não só para a dominação pelas atividades transnacionais (SANTOS, 1994), como também para a equalização de várias atividades nas redes compostas por várias camadas de fluxos de dimensões e naturezas diferentes. Assim: “o território modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas.” (SOUZA, 2002)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O urbano contemporâneo é reflexo da evolução da sociedade urbana e da própria civilização humana. Com as grandes transformações observadas desde o final do século passado rumo ao terceiro milênio, diferentes categorias de análise têm surgido, como também a conformação material e o espaço físico onde as cidades se assentam. As categorias analíticas que têm sido usadas pela sociologia urbana, geografia urbana, arquitetura e áreas afins, nem sempre podem explicar as muitas manifestações espaciais do urbano, não só pela sua materialidade, como também pelos aspectos imateriais que definem ou se articulam com outros espaços, que também nem sempre são visíveis. Entretanto, há um rebatimento material e espaciais das diversas manifestações tanto simbólicas, como de outra natureza, através de comportamentos e organizações sociais econômicas, que podem ser observadas na contemporaneidade.

Há uma contraposição muito evidente, que também é de ordem escalar, territorial e espacial, que é simultâneo, ocupando interstícios do processo dominante capitalista e neoliberal, resistindo e coexistindo praticamente no mesmo território. Conforme foi apresentado no texto, deve-se atentar que a transdisciplinariedade, como também as considerações sobre os aspectos materiais e simbólicos são importantes na explicação do fenômeno urbano da atualidade.

## REFERÊNCIAS

ALMANDOZ, A. **DE FUSTEL DE COULANGES a LEWIS MUMFORD: Enquadre historiográfico de antecedentes de historia urbana.** *URBANA*. [on-line]. jan. 2003, vol.8, no.32 [acessado 14 fev. 2009], p.057-073. disponível em: <[http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0798-05232003000100004&lng=es&nrm=iso](http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-05232003000100004&lng=es&nrm=iso)>. ISSN 0798-0523.

ARRAIS, T. P. A. Goiânia: as imagens da cidade e a produção do urbano. In: CAVALCANTI, L. S. **Geografia da cidade**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. p. 177-233.

BORJA, J. Revolución y contrarrevolución en la ciudad global. In: **Biblio 3 W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. X, n. 578, 20 de abril de 2005. Disponível em: <<<http://www.ub.es/geocrit/b3w-578.htm>>>, acessado em 11 dez. 2008.

CAPEL, H. La definicion de lo urbano. In: **Scripta Vetera. Edición electrónica de trabajos publicados sobre geografía y ciencias sociales.** Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sv-33.htm>. Acesso em 14 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. El futuro de las ciudades. Una propuesta de manifesto. In: **Biblio 3 W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. IX, n.

551, 10 de diciembre de 2004. Disponível em: <<<http://www.ub.es/geocrit/b3w-551.htm>>>, acessado em 14 fev. 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: economia, sociedade e cultura. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, ano 1, n. 02. UFF, dez. 1999. p 7-26.

CUNHA, A. *et. al.* O terror superposto: uma leitura do conceito lefebvriano de terrorismo na sociedade urbana contemporânea. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**. Nov. 2003, vol. 5, n. 2, p. 27 – 43.

FERNANDES, M. E. e ADAS, S. A produção da subcidadania no processo de (des)organização da cidade corporativa. In: FERNANDES (Coord.). **A cidade e seus limites**: as contradições do urbano na “Califórnia brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004.

LAVEDAN, P, **Histoire de l' urbanisme**: renaissance et temps modernes. Paris: H. Laurens, 1959.

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BERTRAND, G. e BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Ed. Massoni, 2007.

MACHADO, M. S. K. O imaginário urbano. In: BRESCIANI, M. E. (Org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 213-226.

MENDES, C. (Coord.). **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

OLIVEIRA, O. M. de. **Teorias globais**: fragmentação do mundo. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. v. 3

SANTOS, M *et. al.* **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SCHORSKE, C. F. **A cidade segundo o pensamento europeu**: de Voltaire a Apengler. São Paulo: Espaço e Debate, 1989.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária/SETI – Governo do Estado do Paraná, por meio de bolsa concedida a Sandra Catharinne Pantaleão.